



A HISTORIOGRAFIA SOBRE A INQUISIÇÃO PORTUGUESA

Andreza da Silva Vieira (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Célio Juvenal Costa (Orientador), e-mail: celio_costa@terra.com.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área: História; Subárea do conhecimento: 70503001 História Moderna e Contemporânea

Palavras-chave: Inquisição, historiografia, Igreja.

Resumo:

O trabalho analisa distintas concepções sobre a Inquisição Portuguesa instituída em 1536 por D. João III. Nosso objetivo é procurar entender como diferentes historiadores, ao analisar a Inquisição, chegaram a conclusões distintas e, por vezes, antagônicas entre si. Em nossa análise partimos do pressuposto que o historiador, assim como qualquer ser humano, é condicionado pela sua própria historicidade. Dependendo da época em que viveu e da forma como se insere em sua própria realidade, o historiador “escolhe” distintas metodologias e faz diferentes perguntas ao passado contribuindo para o surgimento de novas abordagens para antigos temas.

Introdução

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi criado no século XII pela Igreja Romana como uma forma de preservar a ortodoxia religiosa. Em Portugal, a Inquisição foi instalada em 1536 e buscou estabelecer uma única resposta para as perguntas que eram colocadas em pauta pelos indivíduos daquela época. Somente a forma de fé cristã que emanava de Roma era considerada verdadeira e a Inquisição foi um dos mais poderosos instrumentos criados para zelar pela ortodoxia da fé.

Nosso trabalho tem como objetivo verificar como a Inquisição Portuguesa foi tratada por diferentes historiadores em distintas temporalidades. Procuramos selecionar alguns dos autores mais representativos que produziram análises





sobre a ação da Inquisição em Portugal e seus domínios ao longo da Época moderna.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Nossas fontes são os estudos historiográficos produzidos sobre o tema. Como a Inquisição é um tema bastante estudado, não seria possível, em um trabalho como este dar conta de toda a produção historiográfica. Sendo assim, procurou-se selecionar as análises que tiveram uma maior repercussão e que, de alguma forma, acrescentaram novos elementos sobre a história da Inquisição portuguesa. Nesta comunicação, nos restringimos a três desses autores.

Resultados e Discussão

Iniciamos nossa análise com a obra de Alexandre Herculano, historiador português do século XIX. A época de Herculano foi marcada em Portugal por uma profunda crise política e econômica.

A análise que Herculano constrói sobre a Inquisição vincula-se politicamente ao seu liberalismo. Na obra intitulada “História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal”, publicada originalmente em 1854, Herculano procura, por meio da história Inquisitorial, expressar seu descontentamento com o absolutismo e com a intransigência ideológica da coroa expressa no século XVI.

O autor atribui importância a indistinção entre os poderes que havia no Antigo Regime. Até a Idade Moderna, a política e a economia associavam-se com a religião, que por sua vez estava intrinsecamente ligada com os homens da época e como os mesmos se relacionavam na sociedade. Para exemplificar, Herculano aponta que D. João III utilizou a religião para conseguir adequar e aumentar seu poder: “Assim, o monarca juntaria ao terror do poder civil toda a força do terror religioso exercida indiretamente sobre os súditos, e (...) chegaria (...) a obter o mesmo resultado que Henrique VIII da Inglaterra obtivera (...)”. (HERCULANO, 2002, p. 121)

Ao longo do século passado foram escritos um grande número de trabalhos sobre a Inquisição Portuguesa. Neste *paper* é importante destacar o estudo de António Saraiva, professor e historiador, que viveu em um dos períodos marcantes da história contemporânea ocidental. A crise do liberalismo e da democracia criou a necessidade de uma solução nova aos problemas apresentados no continente europeu, principalmente. Vale lembrar que após





a crise de 1929, os países procuraram importar menos como forma de proteção ao comércio nacional e isso levou a uma crescente onda nacionalista nos mesmos. Saraiva teve o cuidado em sua carreira como historiador em pesquisar a Inquisição sob um aspecto inovador à época. Segundo ele, a Instituição teve um caráter muito mais econômico e político do que propriamente religioso. (SARAIVA, 1985, p. 171)

Antônio Saraiva constata a importância do Tribunal ter tornado uma instituição a parte da Igreja e da Coroa. Para ele, o fato da Inquisição ter seu poder independente, a tornava um Estado dentro do Estado, “ou melhor, ao lado do Estado, e que em certas ocasiões se pretendeu, mesmo, acima do Estado” (SARAIVA, 1985, p. 159).

O autor também afirma que essa soberania jurídica tinha um preço e a Inquisição necessitava se apoiar em uma base econômica. Para Saraiva, os Inquisidores viam os rendimentos dos bens confiscados dos hereges como sendo essa base: “A luta pela livre disposição dos bens confiscados aos hereges é uma das formas através das quais ela pretende assegurar a sua independência em relação ao poder régio” (SARAIVA, 1985, p. 167). Assim, Antônio Saraiva (1985, p. 170) procura mostrar que dentre cerca de 40000 processos a maior parte destes eram de burgueses.

Uma análise que se distingue profundamente dos estudos citados anteriormente foi efetuada por João Bernardino Gonzaga, autor de “A Inquisição em Seu Mundo”, publicada em 1993. Nesse trabalho Gonzaga procurou abordar a Inquisição de uma forma totalmente diferente daquela que os historiadores haviam feito até então. Para ele, muitos autores, ao pesquisar a Inquisição cometeram um anacronismo, pois tentaram compreender a ação do tribunal a partir de conceitos forjados em suas próprias épocas. Bernardino Gonzaga evidencia ao longo de seu estudo a ideia de que cada indivíduo é resultado do seu tempo e consequentemente marcado pela cultura do período em que vive.

Para João Bernardino Gonzaga, o estudo da Inquisição está marcado por uma ótica simplista, ou seja, não pelo que ela foi de fato, mas sim pelo que o inconsciente coletivo quis ver nela, ou seja, sendo um instrumento de repressão ideológica, equiparando-se aos totalitarismos existentes ao longo da história. Tais historiadores viram na Inquisição uma forma de mostrar o poder de influência e repressão tanto da Igreja, quanto do Estado.

Para Gonzaga (1994), a Inquisição não foi algo imposto ao povo, e sim produto de uma necessidade natural que a sociedade sentia. Seu modo de atuar apenas compactuou-se com o estilo da época.



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior



Conclusões

A Inquisição adquiriu ao longo do tempo significados variados. Foi vista como símbolo de lutas ideológicas, como uma instituição política que mais tarde gerou atrasos econômicos em Portugal e ainda como forma de exemplificação da repressão em sociedades. De qualquer maneira, seu caráter incisivo abre brechas a muitas investigações sobre o assunto e consequentemente a diversas interpretações.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio do CNPq para o desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica que deu origem a esse trabalho.

Referências

HERCULANO, A. de C. e A. - **História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal** - Porto Alegre: Pradense, 2002

SARAIVA, A.J - **Inquisição e Cristãos Novos** - 5º ed. - Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

GONZAGA, J.B – **A Inquisição em seu mundo** – 2º ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 1994

